

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÃO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Zenilde Durli* (UFFS)
Marizete Rossana Aparecida Brasil* (UNOESC)

Resumo

O trabalho apresenta estudo sobre a questão do espaço pedagógico na educação infantil. O corpus de análise compreende três documentos: i) Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil – volume II de 1998a; ii) Referenciais Curriculares para a Educação Infantil de 1998c; iii) Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil de 2006. Busca compreender, por meio da análise de conteúdo, a concepção de espaço/espaço físico e ambiente/ambiente físico nessas publicações oficiais dedicadas à educação infantil. Os resultados da pesquisa evidenciam que nos documentos oficiais os conceitos de espaço e ambiente são tratados como sinônimos, contrariando as produções teóricas sobre a temática e dificultando o entendimento que o professor deveria ter sobre as especificidades de cada um deles na prática desenvolvida nas instituições de educação infantil.

Palavras- chave: Educação Infantil. Espaço. Ambiente. Espaço Pedagógico. Políticas públicas para a Educação Infantil.

1.INTRODUÇÃO

As evidências históricas revelam que a educação infantil no Brasil, até meados da década de 1970, aumentou lentamente, “[...] parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional” (KUHLMANN, 2000, p.8). As reformas educacionais postas em movimento a partir da década de noventa do século vinte trouxeram mudanças significativas a esse quadro e desaguaram na produção de inúmeros documentos oficiais com a intencionalidade de subsidiar as ações na educação infantil.

Conforme destaca Cerisara (2002), a LDB tomou por base a Constituição de 1988 que reconheceu o direito da criança ao acesso à educação infantil em creches e pré-escolas. “Essa lei colocou a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela.” (CERISARA, 2002, p. 326). Desde então, no processo de reconhecimento da educação infantil como direito da criança e da família, inúmeros documentos vêm sendo produzidos na direção de orientar as ações e práticas nessa etapa da educação básica.

O objetivo desse estudo é o de analisar três documentos produzidos no contexto do aparelho de Estado, tomando como foco uma questão específica, porém demasiadamente importante para as instituições de educação infantil, qual seja: a organização do espaço pedagógico. Iniciamos com a análise do documento denominado Subsídios para Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil (SCFIEI), na sequência com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e finalizando com os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Parâmetros Básicas de Infraestrutura para as instituições de Educação Infantil.

2. A concepção de espaços pedagógicos nos Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil

O primeiro documento a tratar da especificidade dos espaços para a educação infantil foi o Subsídio Para Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil- (SCFIEI) criado pelo MEC, por iniciativa da Secretaria de Ensino Fundamental (SEF), Diretoria do Departamento de Política da Educação Fundamental (DPE) e a Coordenadoria Geral de Educação Infantil (Coedi) em 1998. Buscamos compreender como o documento Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil expressam a concepção e o conceito de ambiente e espaço e as orientações que subsidiam as práticas para organização dessas instituições de educação infantil.

Nesse documento as referências ao espaço vêm delimitadas pelas denominações ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico. A princípio, tais denominações são tratadas como sinônimas e, na tentativa de compreendê-las, exploramos o documento.

A denominação de ambiente está expressa no documento como um conceito que envolve dinamicidade na sua organização, envolvendo espaços diversos na instituição, ou seja, o ambiente é considerado em uma dimensão mais ampla que o espaço, conforme expressa o excerto abaixo:

[...] o ambiente contemplará processos e produtos, que deverão ser planejados pelas (os) professoras (es), organizando o espaço e o tempo adequadamente para o convívio de todos os usuários e envolvidos. Desta maneira, as instituições de educação infantil estarão em permanente movimento, sempre aprimorando seu desempenho e construindo sua pedagogia. (BRASIL, 1998a, p. 96).

Outra questão importante, que é possível depreender do SCFIEI, e mesmo dessa citação, refere-se à responsabilização do professor quanto à organização do espaço, como se ela estivesse atrelada exclusivamente à sua boa vontade, independentemente das condições físicas e materiais que a cerceiam e determinam. Esse protagonismo docente, em muitos contextos considerados como um fator de valorização do profissional, a nosso ver, confere ao professor uma responsabilidade demasiada. É papel do Estado suprir às condições estruturais e materiais adequadas à educação das crianças.

Porém, se por um lado a responsabilidade pelo provimento da estrutura física é do Estado, compreendendo aqui o papel dos entes federados no regime de colaboração, por outro é preciso considerar que essas estruturas compreendem concepções de espaço pedagógico e, portanto, não podem prescindir do olhar e intervenção do professor. Questões como a altura das janelas, a dimensão das salas, dos corredores, dos banheiros, bem como o tipo de mobiliário e materiais incidem sobre o espaço pedagógico na direção de atender às necessidades das crianças no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento e a concepção de educação do professor.

No que diz respeito ao uso da denominação ambiente, está dito no documento:

[...] as crianças pequenas e suas famílias devem encontrar nos centros de educação infantil um ambiente físico e humano, por intermédio de estruturas de funcionamento adequados, como enfatizado em outros textos desta publicação, que propiciem experiências e situações planejadas intencionalmente, de modo a democratizar o acesso de todos, aos bens culturais e educacionais, que proporcionam uma qualidade de vida mais justa, equânime e feliz. (BRASIL, 1998a, p. 68).

O ambiente é tomado nas dimensões físicas e humanas na direção de estabelecer relações de convívio e conforto. Enfatiza a primeira delas quando destaca a necessidade de prover estruturas adequadas ao funcionamento das instituições.

A segunda ao salientar a necessidade de propiciar experiências e situações planejadas de modo possibilitar o acesso aos bens culturais e educacionais. Embora indireta, essa referência indica a necessidade de construção de projeto pedagógico pelas instituições dedicadas à educação infantil. Nessa acepção, o ambiente é compreendido como sendo mais abrangente que espaço físico, conforme podemos contatar na sequência.

Ao tratar do espaço físico e sua constituição, o documento assim se refere:

[...] que contenha equipamentos e mobiliários adequados. Neles é necessária a observância de exigências técnicas quanto ao tamanho, ventilação, som e iluminação dos aposentos. Não devem existir barreiras arquitetônicas para os deficientes físicos e há necessidades especiais nas turmas regulares. Cada

proposta pedagógica exige a presença de determinados materiais para as atividades e brincadeiras: jogos, papel, tinta, argila, livros infantis, aparelhos de som e imagem e outros recursos. (BRASIL, 1998a, p. 91).

A ênfase está posta na questão dos equipamentos, mobiliários e materiais, diferindo do que ocorre quando se trata do ambiente que inclui a dimensão humana e as interações. O espaço encontra destaque na medida em que pode influir no ambiente pelas possibilidades de interação que pode ou não oferecer de acordo com a sua organização. Pode possibilitar a interação criança/criança, criança/adulto, desde que contemplem o convívio de crianças de várias idades entre si e também com adultos. Além das possibilidades de interação entre crianças e adultos o espaço exige cuidados e especificidades que podem promover a interação da criança com o mundo externo, permitindo a visualização do que se passa lá fora: olhar a chuva, o sol, a neblina, os transeuntes, os animais; isto e muito mais pode ser considerado parte da organização, da rotina e processo educativo que se desencadeia na educação infantil. A adequação do mobiliário é outra questão extremamente relevante e, ao contrário da percepção que muitas escolas desenvolvem, é necessário planejá-lo considerando tanto as necessidades das crianças quanto as dos professores. Os móveis “grandes” e “pequenos” devem conviver no mesmo espaço, uma vez que a criança não terá, no convívio social mais amplo e familiar, uma estrutura sempre adaptada às suas necessidades. O documento revela um avanço na preocupação com essa organização:

[...] as instituições de educação infantil deverão ser espaços que garantam o imprevisto (e não a improvisação) e possibilitem o convívio das mais variadas diferenças, apontando para a arbitrariedade das regras (daí o jogo e a brincadeira serem essenciais nesta fase da vida), permitindo o exercício da contradição, da provisoriedade e da necessidade de transformações. (BRASIL, 1998a, p. 95).

Embora o termo seja bastante citado no documento, não há uma definição precisa para ele, já que se observam conceitos que enfatizam aspectos da organização, em uma dimensão mais alargada. Espaço e espaço físico são utilizados, em determinados momentos, para designar além da estrutura material, a relacional e a funcional da instituição. Confundindo-se, portanto, com ambiente defendido por Forneiro (1998), como caracterizado pelas condições físicas, relacionais, funcionais e temporais. Em outros momentos, refere-se às pequenas organizações das questões materiais, restringindo-se a parte física ou tratando dos arranjos de sala, dos banheiros, do refeitório, das mobílias, decoração, brinquedos e toda sua disposição, conforme se constata na citação:

[...] os espaços organizados devem dispor de boas condições de higiene nos sanitários, nos locais de atividades, no preparo de alimentos e na limpeza das roupas e dos brinquedos e demais objetos usados pelas crianças. (BRASIL, 1998a, p. 91).

Apesar de o documento mostrar-se pouco preciso, na sua definição em relação às denominações de ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico, ele trouxe para o debate a preocupação com a organização de políticas públicas que pensassem o espaço a partir de uma perspectiva pedagógica. A inserção de tal preocupação representa um avanço no sentido da construção de instituições que considerem as especificidades e necessidades infantis.

2 A concepção de organização dos espaços pedagógicos nos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil

O segundo documento em análise é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) elaborado no ano de 1998, na ampliação das ações governamentais oriundas do governo Fernando Henrique Cardoso, quando as orientações dos organismos internacionais delineavam as discussões sobre a política educacional. De acordo com Cerisara (2002), é um documento produzido pelo MEC que integra a série de documentos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, criado para atender especificamente a educação infantil. É preciso verificar, no entanto, em que medida ele efetivamente garante as especificidades anunciadas e defendidas, considerando, especialmente, esse contexto de influência. A versão final desse documento está estruturada em três volumes: *Introdução*; *Formação Pessoal e Social* e *Conhecimento de Mundo*.

Os três volumes do RCNEI trabalham com as denominações ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico e, do mesmo modo como ocorrem nos demais documentos, não apresentam uma conceituação clara desses termos. Nosso esforço é tentar compreender como eles vão sendo tecidos no corpo do texto, uma vez que acreditamos que não há uma diferenciação clara entre os termos “ambiente” e “espaço”. Ressaltamos e buscamos essa diferenciação, tomando como parâmetro os estudos de Forneiro (1998), que considera fundamental a compreensão, por parte dos professores, das especificidades de cada uma das denominações/categorias, bem como sua importância para a prática pedagógica. A construção de uma concepção de “espaço pedagógico”

pelo professor e a diferenciação entre as denominações é fundamental no exercer da prática educativa.

A dimensão do conceito de ambiente/ambiente físico e espaço/físico, no documento, está relacionada à prescrição e adoção de atitudes e procedimentos de cuidado, segurança, conforto e proteção. Nesse aspecto, no texto do RCNEI está dito que:

Ao organizar um ambiente e adotar atitudes e procedimentos de cuidado com a segurança, conforto e proteção da criança na instituição, **os professores** oferecem oportunidades para que ela desenvolva atitudes e aprenda procedimentos que valorizem seu bem-estar. Tanto a creche quanto a pré-escola precisam considerar os cuidados com a ventilação, insolação, segurança, conforto, estética e higiene do ambiente, objetos, utensílios e brinquedos. (BRASIL, 1998b, p. 51, grifo nosso).

Em outro momento do texto, onde são abordadas as condições para o desenvolvimento do trabalho com as crianças de zero a seis anos, está explícito: [...] o **espaço** na instituição de educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, considera

que o **espaço** seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. Deve ser pensado e rearranjado, considerando as diferentes necessidades de cada faixa etária, assim como os diferentes projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos. Particularmente, as crianças de zero a um ano de idade necessitam de um **espaço** especialmente preparado onde possam engatinhar livremente, ensaiar os primeiros passos, brincar, interagir com outras crianças, repousar quando sentirem necessidade etc. Os vários momentos do dia que demandam mais espaço livre para a movimentação corporal ou ambientes para aconchegos e/ou para maior concentração, ou ainda, atividades de cuidados implicam, também, planejar, organizar e mudar constantemente o **espaço**. Nas salas, a forma de organização pode comportar **ambientes** que permitam o desenvolvimento de atividades diversificadas e simultâneas, como por exemplo, **ambientes** para jogos, artes, faz-de-conta, leitura etc. (BRASIL, 1998b, p. 69, grifo nosso).

Esta citação expressa às condições do ambiente e do espaço a partir de uma ideia de vitalidade. Um lugar onde professor e criança vivenciam suas experiências, e aprendizagens. Mostra a importância da organização das possibilidades dos diferentes espaços que compõem as instituições de educação infantil. No entanto, evidencia claramente que trata as terminologias “ambiente e espaço” como sinônimas.

No livro do RCNEI intitulado *Conhecimento de Mundo* há uma sugestão de currículo apresentada em seis grandes subeixos, a saber: música, movimento, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade. Apresenta proposições

orientadoras no sentido de definir os conhecimentos que devem ser trabalhados e, também, sugestões para a organização do ambiente e do espaço. As propostas, a nosso ver, são fragmentadas, não apresentam uma lógica de continuidade para o trabalho nos ensalamentos definidos. Percebemos a falta de organicidade tanto entre as propostas para cada um dos níveis quanto internamente em cada uma delas. As questões de ambiente e espaço também são tratadas nesse documento, conforme apresentamos na sequência:

[...] um **ambiente** aconchegante, livros de diversos gêneros, de diferentes autores, revistas, histórias em quadrinhos, jornais, suplementos, trabalhos de outras crianças, etc. [...] Para o desenvolvimento do jogo da escrita: no ambiente criado para os jogos de mesa, podem-se oferecer jogos gráficos, como caça-palavras, forca, cruzadinhas etc. Nesses casos, convém deixar à disposição das crianças cartelas com letras, letras móveis etc. [...] Faz-de-conta: A criação de **ambientes** para brincar no interior ou fora da sala possibilita a ampliação contextualizada do universo discursivo, trazendo para o cotidiano da instituição novas formas de interação com a linguagem. Esse **espaço** pode conter diferentes caixas previamente organizadas pelo professor para incrementar o jogo simbólico das crianças, nas quais tenham diversos materiais gráficos, próprios às diversas situações cotidianas que os **ambientes** do faz de conta reproduzem, como embalagens diversas, livros de receitas, blocos para escrever, talões com impressos diversos etc. (BRASIL, 1998b, p. 153, grifo nosso).

No último trecho da citação supracitada, está a evidência irrefutável de que ambiente e espaço são tratados como sinônimos. O que é, afinal, ambiente e espaço nesses documentos? O que os constituem? Que implicações têm para o trabalho do professor? A forma dúbia como são tratados esses elementos trazem consequências à prática educativa. Conforme o objetivo proclamado pelo poder oficial, os RCNEIs deveriam servir de “linha orientadora” às práticas pedagógicas, no entanto, desorientam ao não explicitar, com clareza, os conceitos que são importantes à compreensão dos professores e aos elementos que incidem sobre o fazer pedagógico do professor..

Explorando a teorização de Forneiro (1998) e comparando-a com a seguinte passagem do volume três, algumas considerações podem ser levantadas:

[...] o professor pode, então, organizar o **ambiente** de forma a criar cantos específicos para cada atividade: cantos de brinquedos, de Artes Visuais, de leitura de livros etc. No canto de artes, podem ser acomodadas caixas que abrigam os materiais, o chão pode ser coberto de jornal para evitar manchas, a secagem das produções pode ser feita pregando os trabalhos em varais ou em paredes, tudo pode ser organizado de forma transitória, mas que possibilite a realização de uma atividade em artes Visuais. (BRASIL, 1998b, p. 110, grifo nosso).

A perspectiva que o documento expressa, em relação à concepção de ambiente, tornasse pragmática, dando ênfase ao pressuposto prático, organizacional, ou seja, às questões materiais e físicas. No entanto, ao considerar os pressupostos teóricos da discussão em questão, a partir de Forneiro (1998), entendemos que o conceito e acepção de ambiente envolvem dimensão ampla, já que precisamos considerar as dimensões temporais, funcionais, relacionais e físicas ao que denominamos de espaço pedagógico. Portanto, não se restringe à organização material, como aponta o RCNEI em vários momentos. Dessa forma, a concepção de ambiente e espaço que o documento expressa, não é suficiente para atender à sua intenção, como aponta Cerisara (2002), já que é carente de aprofundamento teórico e conceitual.

Consideramos, pois, que embora tenha sido uma contribuição importante para o período histórico em que foi elaborado e, também, como marco na construção de políticas para a educação infantil, o documento dificulta a compreensão e concepção do que seja ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico na educação infantil, objeto de estudo de nosso trabalho.

3 A concepção de organização dos espaços pedagógicos nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil

O terceiro documento denominado *Parâmetros Nacionais de Qualidade e Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil* (BRASIL, 2006a, 2006b), foi construído em 2006 e compõe-se de quatro volumes, correspondentes às seguintes denominações: i) Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil volume 1 (2006a) e volume 2 (2006b); ii) Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil; Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil – Encarte 1 (2006). Esses documentos fazem parte do processo deflagrado pela Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação, conforme publicação do MEC em 2005, em cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação. Nosso objetivo aqui é trazer alguns elementos dos documentos intitulados Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil; Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil – Encarte 1 (2006).

A organização dos dois volumes dos parâmetros básicos de infraestrutura para as

instituições de educação infantil que abordam especificamente sobre a construção e reforma da dimensão física ou do espaço, divulgados a partir de 2006, para os segmentos da Educação – Secretarias Municipais de Educação, Instituições de Educação Infantil, Universidades, Conselhos Municipais de Educação, entre outros, levantam questões fundamentais à organização do ambiente e do espaço. Neles há a defesa, por exemplo, de que a construção das unidades de educação infantil deve incorporar, por intermédio de metodologias participativas, as necessidades e os desejos dos usuários, considerando a proposta pedagógica e a interação com as características ambientais. Dizem, ainda, que as unidades assegurarão acessibilidade universal, onde a autonomia e a segurança garantam os direitos de todos, inclusive das pessoas com deficiência física, sejam elas, professores, crianças, sejam membros da comunidade (BRASIL, 2006a).

Nesses parâmetros, a proclamação das metodologias participativas considera as necessidades e desejos dos usuários que utilizarão as unidades de educação infantil; eles enfatizam a organização de comitês, mediante uma equipe responsável pelo projeto, envolvendo profissionais da educação infantil, representantes da comunidade local, bem como a de estabelecer parcerias com as universidades e instituições de pesquisas. Embora a questão da participação esteja explícita nos documentos oficiais, no contexto regional no qual se desenvolve esse estudo o planejamento do ambiente e dos espaços destinados à educação infantil ainda são decisões de poucos, entre estes estão os políticos e o pessoal técnico-administrativo das prefeituras e secretarias municipais. Os projetos de reformas, ampliações e construções restringem-se aos gestores da secretaria de educação juntamente com os engenheiros, ou ainda, somente aos engenheiros. As discussões participativas envolvendo, principalmente os protagonistas do processo efetivo – professores, diretores, pais e as próprias crianças – como usuários dos espaços das instituições de educação infantil, ainda são simplistas, distante das discussões e proposições apresentadas no documento ou inexistentes.

Resta-nos investigar, no entanto, se também nesses documentos pode ser observada pouca diferenciação entre os termos “ambiente” e “espaço”, conforme já demonstramos ocorrer nos outros dois documentos analisados.

No encarte dos Parâmetros de Qualidade há orientação sobre como as construções devem ser constituídas a partir da ideia de adequar os **ambientes internos e externos** (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade universal,

envolvendo o conceito de ambientes inclusivos (BRASIL, 2006b, p.21, grifo nosso). Em outra parte o texto orienta como os **ambientes** “[...] devem ser bem ventilados visando ao conforto térmico e à salubridade, proporcionando renovação do ar para evitar a proliferação de focos de doenças (alergias respiratórias, por exemplo).” (BRASIL, p. 24, 2006b, grifo nosso).

A descrição do ambiente como uma questão material que envolve o arranjo espacial, as cores, as texturas, assim como o conforto térmico evidencia que o documento trata o termo “ambiente” como uma questão mais material e física. Conforme argumentos de Forneiro (1998, p. 232), o termo espaço refere-se às questões físicas, aos locais para atividades caracterizados pelos objetos, materiais didáticos, mobília, decoração, entre outros, enquanto que o ambiente refere-se ao conjunto do espaço e às relações que se estabelecem neste.

Em outro trecho as orientações em relação à organização da alimentação são descritas da seguinte forma: prever **ambiente** para refeição das crianças, com cadeiras altas, com bandeja ou similares. Mais uma vez percebe-se que o sentido de ambiente está relacionado às questões materiais, cadeiras altas, bandejas. O ambiente na perspectiva de Forneiro (1998) envolve o tempo de permanência no espaço do refeitório, a funcionalidade que ele oferece aos seus usuários, a organização dos objetos para o desenvolvimento das interações entre criança e criança, criança e adulto.

Observemos o que documento descreve como ambiente:

Os aspectos estético-compositivos dizem respeito à imagem e à aparência, traduzindo-se em sensações diferenciadas que garantam o prazer de estar nesse **ambiente**. Nessa vertente estão incluídas a diversidade de cores, texturas e padrões das superfícies, o padrão construtivo, as formas, as proporções, os símbolos, os princípios compositivos, enfim, os elementos visuais da edificação, que podem ser trabalhados para despertar os sentidos, a curiosidade e a capacidade de descoberta da criança, e que, de certa forma, excitam o imaginário individual e coletivo. (BRASIL, 2006b, p. 25, grifo nosso).

É possível desprender dessa citação que o termo ambiente mais uma vez é tratado como espaço, pois, fala da “organização do ambiente” no sentido material. Barbosa (2006) ressalta em seus estudos que o ambiente toma uma dimensão mais alargada, no sentido de envolver as dimensões de tempo, de funcionalidade, de relações que ocorrem no espaço.

De acordo com o documento, **ambientes** variados podem favorecer diferentes tipos de interações e o professor tem papel importante como organizador dos **espaços**

onde ocorre o processo educacional (BRASIL, 2006b, p. 10). Ressalta que é tarefa do professor:

[...] junto com as crianças, preparar ambiente da Educação Infantil, organizá-lo a partir do que sabe que é bom e importante para o desenvolvimento de todos e incorpora os valores culturais das famílias em suas propostas pedagógicas, fazendo-o de modo que as crianças possam ressignificá-lo e transformá-lo. A criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado. (BRASIL, 2006b, p. 9).

As condições para que professores e crianças preparem o ambiente, na perspectiva de Forneiro (1998), de acordo com suas necessidades de interações, aprendizagens e desenvolvimentos, ocorrem a partir das condições que o espaço oferece. Sendo assim, espaços limitados e precários comprometem o desenvolvimento das aprendizagens das crianças e dificulta a organização das práticas pedagógicas. No entanto, quando o espaço oferece condições físico-material, as crianças podem ajudar a organizá-lo junto com os professores, promovendo processos de interação, relação, construção, autonomia, responsabilidades, entre outras possibilidades. Portanto, o ambiente compreendido nas suas dimensões relacional, funcional e temporal oferece mais condições pedagógicas a partir de uma estrutura de espaço existente.

Do mesmo modo que conceitos importantes como o de ambiente e espaço não são tratados com a devida clareza conceitual, encontramos outras partes de texto nos documentos que são vagas. Vejamos, por exemplo: “[...] preparar o ambiente da educação infantil a partir do que o professor sabe que é bom e importante [...]”. Essa orientação é demasiadamente subjetiva, pois somente “[...] saber o que é bom e importante”, desconsiderando as contribuições dos fundamentos teóricos que oferecem sustentação para o desenvolvimento das práticas educativas na organização de espaços pedagógicos, não basta.

Sendo assim, o documento na sua forma de organização e escrita, impossibilita visualizar na leitura a diferenciação entre os termos “ambiente” e “espaço”. Forneiro (1998) traz importantes contribuições a respeito da diferenciação dos termos, mostrando as atribuições de cada um deles e a sua indissociabilidade no cerne das práticas pedagógicas. As dimensões apontadas nos estudos da autora permitem aprofundar as discussões teóricas e metodológicas a respeito de ambiente/espaço; considerando o ambiente como um todo indissociado das questões relacionais, funcionais, temporais e físicas, enquanto que o espaço corresponde à dimensão física, ou às especificidades materiais, como já mostrado neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o espaço é, portanto, compreender as questões físico-materiais como os elementos de cor, texturas, piso, altura de janelas, altura das maçanetas das portas, os móveis, a louça do banheiro (torneira, cuba, vaso sanitário, porta toalhas, entre outros). A dimensão métrica das salas, corredores, refeitórios, banheiros, *hall* de entrada. A interligação entre estes espaços; o desenho arquitetônico e suas formas.

Pensar o ambiente é considerar as interações: criança/criança, criança/adulto, criança/espaço, criança/tempo de permanência na instituição de educação infantil, criança/relação com os elementos do espaço. As questões que envolvem o espaço tem influencia sobre o ambiente. Por essa razão acreditamos ser fundamental o entendimento da diferenciação entre as denominações “ambiente” e “espaço”, objeto deste trabalho. Essa diferenciação possibilita aprofundar compreensões que podem resultar na adequação dos espaços pedagógicos na educação infantil. Considerando a relevância dos conceitos de “ambiente” e “espaço”, e a importante distinção entre eles, bem como o reconhecimento das relações que se estabelecem entre eles, a análise do documento nos permite afirmar que os conceitos não estão definidos de forma clara. A aceção dos termos mostra que ambos são tratados como sinônimos. Isso, a nosso ver, implica um empobrecimento conceitual, que deixa de contribuir para a ampliação das discussões e aprimoramentos do espaço pedagógico e das práticas educativas.

Dessa análise, apontamos duas questões como fundamentais: i) fica explícita a responsabilização direta dos professores com a oferta de oportunidades para o desenvolvimento de atividades significativas, vinculadas ao ambiente e ao espaço. O professor é responsabilizado por questões que não dependem somente de boa vontade, conhecimento e planejamento, mas compreendem questões estruturais e materiais que demandam decisões administrativas e políticas; ii) os documentos não apresentam, de forma clara, a diferenciação entre ambiente e espaço, o que consideramos sério, pois tal discernimento é fator importante para que o professor possa se posicionar perante as suas responsabilidades, dificuldades e entraves que essas questões fazem emergir no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/1996, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**.

Brasília, DF: MEC/SEB, 2006a. 1 encarte.

_____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006b. 2 v.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b. 3 v.

_____. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998c. 2 v.

CERISARA, Ana Beatriz. A produção acadêmica na área da Educação Infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (Org.).

FORNEIRO, Lina Iglesias. A Organização dos Espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KUHLMANN, Junior Moyses. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2000